

indicadores de qualidade notável, incluindo realizações dos alunos. A resposta é não.

O EDURURAL foi bem-sucedido em alcançar uma variedade de metas quantitativas: muitas salas de aula foram construídas ou reaparelhadas, grandes quantidades de móveis foram providenciados, grande quantidade de livros didáticos foram distribuídos, muitos professores foram treinados. Essas são realizações importantes, e sem dúvida foram benéficas aos prefeitos, aos trabalhadores na construção civil, aos fabricantes de móveis, aos editores de livros didáticos, e aos professores que participaram nas despesas dos US\$ 92 milhões. Nos objetivos explicitados, porém, o projeto fracassou. Os dados apresentados por Harbison e Hanushek são claros a esse respeito. Há poucas diferenças significativas entre municípios do projeto e fora dele em qualquer dos critérios de impacto do projeto, e nem todas as diferenças são a favor dos municípios que participaram do projeto.

A questão que imediatamente se coloca é por quê, mas essa é uma questão que os autores se recusam enfrentar diretamente. Sua resposta, no entanto, está implícita na frase conclusiva: o projeto fracassou “por falta de conhecimento do que fazer.” Apesar do tom desesperado, é uma conclusão extremamente feliz, na sua dupla suposição de que “o que fazer” será conhecido através de mais pesquisa e saber “o que fazer” é o único requisito para que se faça.

Uma resposta melhor é que o EDURURAL foi bem-sucedido em seu objetivo principal, que foi o de transferir US\$ 92 milhões para as mãos de políticos e funcionários públicos do Nordeste. Dessa perspectiva o fracasso do projeto em melhorar a qualidade de educação

oferecida às crianças pobres é talvez lamentável, mas apenas um incidente a registrar no seu sucesso maior; a ausência de efeitos mensuráveis de resultados de alunos não se atribui nem à ignorância nem à pobreza dos funcionários públicos do Nordeste, mas sim à sua profunda indiferença para com as crianças pobres e as escolas que frequentam.

Julgado como contribuição à literatura acadêmica sobre produção educacional em países em desenvolvimento, *Educational Performance of the Poor* é um bom livro de validade incontestável. Se os autores tivessem ficado menos embevecidos pela doce ilusão de que a Ciência levará à Verdade e assim nos salvará, talvez tivesse sido um livro útil também. Como está, porém, as questões mais urgentes com que deparam os que se preocupam com políticas educacionais no Brasil não foram trabalhadas, e o que está aqui — perfeitamente admirável no seu estilo — é, em grande parte, irrelevante àqueles que buscam melhorar a qualidade da educação para crianças pobres no Nordeste rural, ou em qualquer outro lugar.

David N. Plank
Michigan State University
(Tradução de Anne Marie Speyer)

José de Souza Martins. *O poder do atraso. Ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994. 174 p.

Existem diversas possibilidades para resenhar um livro da qualidade de *O poder do atraso*, escrito por Martins enquanto docente-pesquisador da Cátedra Simón Bolívar da Universidade de Cambridge, na Inglaterra, no ano

acadêmico de 1993/94. O caminho que escolhemos está centrado na contribuição que as reflexões do autor podem trazer para o campo da educação, tanto em seus aspectos que levam a compreender a relação tão divulgada, e pouco aprofundada, entre educação e cidadania como da relevância do papel do professor enquanto agente de mediação entre seu saber e daqueles com os quais interage cotidianamente: alunos, pais e colegas professores.

O livro está dividido em duas partes, a primeira intitulada “O Estado: o uso conservador da mediação do moderno”, e a segunda, “A Igreja: o uso transformador da mediação conservadora”.

É nos dois capítulos da primeira parte que Martins lança uma de suas criativas e contundentes críticas a respeito da dependência que a sociedade brasileira tem em relação ao Estado, que, no caso brasileiro, se sustenta a partir de um sistema político derivado da estrutura da propriedade da terra. Isso é verificável a partir da propriedade latifundista da terra, questão que é posta isoladamente do conjunto dos processos sociais e históricos, como ele mesmo diz: “na verdade a questão agrária engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê, quem quer e quem não quer”. O atraso dessa relação, conveniente para o Estado se manter clientelista e oligárquico, segundo Martins, é um forte instrumento de poder. Apesar de todo o movimento de denúncias a respeito da corrupção dentro do Estado brasileiro, especialmente no que desencadeou o processo de impeachment do presidente da República, o autor analisa que a corrupção não se encontra presente somente no Estado e sim em toda a sociedade. Mais ainda, a análise do

autor inclui uma certa crítica ao sistema político brasileiro, que sabe absorver tais movimentos integrando-os.

Ao leitor da área de educação poderá ocorrer a pergunta a respeito da pertinência da inclusão da resenha de um livro com esse perfil argumentativo. Nossa resposta se processará no sentido de trazer algumas provocações presentes ao longo do texto, especialmente relacionadas com a importância da “mediação”, tanto das instituições Estado e Igreja como dos seus “agentes”, na construção de um projeto de superação da sociedade injusta que vivemos no Brasil.

Caberia, inicialmente, um pequeno retrospecto de semelhante argumentação a respeito das instituições e seus representantes que atuam junto aos movimentos sociais, que Martins faz no último capítulo de outro livro seu, *Caminhada no chão da noite* (Hucitec, 1989), “A crise atual não é a crise dos grupos subalternos, mas dos grupos de mediação, grupos de apoio intelectual às lutas populares” (p. 134). Se observarmos como as duas partes do livro *O poder do atraso* foram denominadas teremos revelada a estratégia que Martins está usando: duas instituições, o Estado e a Igreja, colocadas classicamente como sendo uma moderna e a outra conservadora, passam a ser ressignificadas a partir de uma análise de suas práticas junto aos movimentos sociais (do campo). Desse contraponto emerge uma rica e provocativa análise do autor e que está bem retratada na contracapa do livro com as seguintes palavras: “É impossível entender o Brasil sem levar em conta a contradição que nos persegue: a combinação de moderno e tradicional que freia o nosso desenvolvimento social e político e que se renova a cada

momento. Somos uma *sociedade de história lenta*. Essa difícil combinação faz com que setores da sociedade historicamente marcados pela tradição conservadora, como a Igreja, tenham se tornado ativos protagonistas da revolução e das mudanças sociais profundas. E que setores da sociedade organizados em partidos de esquerda ou de centro-esquerda tenham assumido a missão conservadora de fazer da ordem o princípio regulador do progresso e do passado o tempo regulador do possível e do futuro. Somos uma sociedade barroca, dominada pelos adornos da aparência”.

O núcleo de sua temática é a propriedade da terra como o centro histórico de um sistema político persistente, com as possibilidades e limites da existência de uma sociedade civil no Brasil, partindo do pressuposto de que o Estado brasileiro tem suas bases fincadas em relações políticas atrasadas, como as do clientelismo e da dominação tradicional de base patrimonial, do oligarquismo (p. 13). Temos, no Brasil, um impasse: de um lado um Estado conformado aos interesses do capital e de outro, uma sociedade civil que, equivocadamente, dirige suas energias para a conquista desse Estado, tornando-se prisioneira da sua lógica (do Estado) e como tal diluindo seu potencial contestatório. Martins, ao denominar a sociedade brasileira uma *sociedade de história lenta*, está provocando o leitor para entender tal impasse: o país está prenhe da presença “viva e ativa de estruturas fundamentais do passado” (p. 14).

Mas é no quarto e último capítulo que o autor traz uma contribuição determinante para nós educadores, na condição de agentes de mediação que somos (ou pretendemos ser). Na qualidade de excelente pesquisador e disciplinado

trabalhador quando em “campo”, Martins, a partir de anotações feitas durante a 8ª Assembléia Nacional da Comissão Pastoral da Terra (trabalho publicado junto com Cláudio Perani, *Sonhos e desejos dos lavradores: desafios para a CPT*. Loyola, 1992), realiza uma reflexão que pode ser considerada absolutamente indispensável e que constitui um alerta aos agentes de mediação acerca do momento atual, qual seja o de chamar a atenção para o significado do processo, experienciado pelos movimentos sociais, caracterizado por: “de volta à base e ao trabalho de base, de redescoberta da base” (p. 162). Esse caminho de volta, depois da conquista de organizações nacionais, como os sindicatos e os partidos políticos, exige que os trabalhadores e os agentes de mediação constituam um processo pluralista, afim de “compreender a diversidade do nosso ‘nós’ e do ‘outro’ em reconhecer as particularidades num e noutro caso, a diversidade dos interesses do ‘nós’ — nossas e dos nossos aliados” (p. 163). É nesse movimento que Martins, criativamente, exige mudanças radicais dentro das organizações que representam os trabalhadores: “é evidente que esse movimento de volta questiona os monolitismos, as unanimidades obrigatórias, as lutas por hegemonia no interior das organizações como lutas prioritárias” (p. 163).

Enquanto no mundo acadêmico algumas produções tendem a apostar na “fragmentação” como exclusiva alternativa para as indagações do presente, Martins, ao contrário, cria — a partir do vivido em sua assessoria (CPT) somado a sua disciplina de pensador rigoroso — uma contribuição diferenciada *pá-fá* esse momento de incertezas, contribuição essa que ousamos

denominar "pedagogia radical da mediação".

Nilton Bueno Fischer

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Qualitative Research Methods Series

Kirk, J. & Miller, M. *Reliability and Validity in Qualitative Research*. Newberry Park: Sage, 1986. (Qualitative Research Methods Series, 1)

Agar, M.H. *Speaking of Ethnography*. Newberry Park: Sage, 1986. (Qualitative Research Methods Series, 2)

Punch, M. *The Politics and Ethics of Fieldwork*. Newberry Park: Sage, 1986. (Qualitative Research Methods Series, 3)

Fielding, N. & Fielding, J. *Linking Data*. Newberry Park: Sage, 1986. (Qualitative Research Methods Series, 4)

Manning, P.K. *Semiotics and Fieldwork*. Newberry Park: Sage, 1987. (Qualitative Research Methods Series, 7)

Noblit, G.W. & Hare, R.D. *Meta-Ethnography: Synthesizing Qualitative Studies*. Newberry Park: Sage, 1988. (Qualitative Research Methods Series, 11)

Morgan, D.L. *Focus Groups as Qualitative Research*. Newberry Park: Sage, 1988. (Qualitative Research Methods Series, 16)

Wolcott, H.F. *Writing Up Qualitative Research*. Newberry Park: Sage, 1990. (Qualitative Research Methods Series, 20)

Os oito volumes citados foram doados recentemente à biblioteca da FAGED/UFBA pela professora visitante da Fulbright, Adeline Becker. Eles fazem parte de uma série de 25 livretos publicados nos Estados Unidos pela SAGE e focalizam a natureza e a aplicação dos métodos de pesquisa qualitativa. Como se sabe, a abordagem qualitativa é baseada epistemologicamente e operacionalmente nas tradições da fenomenologia, antropologia e interação simbólica. Procura entender a realidade através de enfoques de significados e através da ênfase no contexto, representação, interpretação e proximidade entre o pesquisador e o objeto estudado. Assim, a perspectiva tem se tornado muito popular, nos últimos anos, entre os pesquisadores na área de educação. A literatura que lida tanto com o método quanto com as técnicas, no entanto, é muito limitada. Este é um problema não só na língua portuguesa mas em todas as línguas. Os livros disponíveis em português, tais como *Métodos qualitativos* de Ludke & André, tratam somente uma pequena porção deste modo tão complexo e multidimensional da pesquisa social.

Desta maneira, a série SAGE de métodos qualitativos representa uma contribuição à literatura que é muito importante. Os livretos, com cerca de 80 a 100 páginas cada, são escritos por especialistas na área. Como textos introdutórios, os volumes lidam com assuntos teóricos e éticos, bem como com procedimentos práticos, e consideram não só os pontos fortes mas também os aspectos fracos da pesquisa qualitativa. Embora escritas em inglês, as apresentações são claras e didáticas e utilizam exemplos concretos e fáceis de serem entendidos. Na discussão a seguir,

cada um destes oito livretos será brevemente sumarizado para que os professores e estudantes interessados possam selecionar de maneira efetiva aqueles volumes que lhes forem mais úteis.

O Volume I da série, de Kirk & Miller (1986), trata de questões de fidedignidade e validade na pesquisa qualitativa. O argumento-chave deste livro é que a pesquisa qualitativa pode se desenvolver bem, dentro de padrões científicos convencionais, na medida em que os pesquisadores aceitem a meta da objetividade, reconheçam os pontos fortes e fracos da tradição etnográfica e se preocupem não somente com a descrição mas também com a verificação de hipóteses. Para Kirk & Miller, ser científico é relatar cuidadosamente seus procedimentos. Em minha opinião, a parte mais útil do livro situa-se nas páginas 51 a 59, em que os autores fornecem um guia para se redigir, de maneira apropriada, as anotações de campo.

O Volume II, de Agar (1986), difere do Volume I na medida em que o autor aqui questiona a utilidade convencional dos procedimentos científicos como modelo apropriado para os estudos das relações humanas. O autor aproveita a tradição hermenêutica e fenomenológica, colocando o pesquisador no centro do processo da pesquisa. Conseqüentemente, os Volumes I e II oferecem perspectivas distintas e antagônicas de como o mundo social pode e deve ser estudado. O autor do Volume II propõe uma linguagem etnográfica especializada, caracterizada por conceitos tais como coerência, ante-coerência, desdobramento, resolução, compreensão e inferência. Ele oferece dois exemplos concretos deste tipo de linguagem para ilustrar como ela capacita os etnógrafos a se